

3

As mulheres Constituintes: a pluralidade na composição da chamada “Bancada Feminina”

3.1

Objetivos do capítulo e breve esclarecimento sobre a estrutura da análise das atas das Subcomissões da Assembleia Constituinte

O presente capítulo tem como propósito realizar a análise dos perfis das mulheres que foram eleitas para a Assembleia Constituinte. Este também é o capítulo que marca o ingresso na segunda parte do trabalho, dedicado à análise das atas da Assembleia Constituinte com o intuito de investigar os discursos sobre direitos das mulheres naquele momento, especificamente as discussões em determinadas Subcomissões temáticas. Será importante percorrer, no início dessa parte, o perfil das mulheres Constituintes para melhor compreender o nível da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ao forjar a chamada “Bancada Feminina”, como uma estratégia de ampliar as possibilidades de exercício de influência entre os demais Constituintes. Dessa forma, será possível também compreender que a criação dessa identidade, apesar de ter sido eficaz em diversos momentos, teve os seus limites, em virtude das origens bastante distintas dessas mulheres.

Os critérios para eleição das Subcomissões serão explicitados adiante. Antes desse esforço, são necessários alguns esclarecimentos sobre os objetivos dessa análise, bem como sobre a forma como a seleção dos trechos que serão apresentados ao longo do texto foi realizada. A investigação proposta nesse momento é discursiva, ou seja, pretende-se demonstrar pelas falas tanto dos Constituintes quanto dos representantes da sociedade civil qual era o perfil de mulher que estava em jogo naquele período, conectando esse capítulo com os dois anteriores. Portanto, esses capítulos que começam agora não pretendem ser uma análise exaustiva da Assembleia Constituinte e da forma como ela funcionou. Alguns desses fatores poderão aparecer ao longo do texto, na medida em que produziram reflexos nas próprias discussões das Subcomissões e Comissões escolhidas para análise. Nesse sentido, pretende-se analisar as falas sobre direitos das mulheres, os debates travados entre os Constituintes e as demandas da

sociedade civil, as sugestões dos movimentos e o encaminhamento dado a elas no percurso de elaboração do texto constitucional.

A teoria de Butler sobre as funções das identidades de gênero e o seu sentido de atos performativos será necessária para que seja efetuada a leitura e interpretação dos debates. Ao mesmo tempo, Austin também será retomado, na medida em que não só foi o responsável por ter percebido a função performativa da linguagem, mas também porque a Assembleia Constituinte envolveu atores institucionais muito especiais, aqueles escolhidos para redigir o principal documento que um Ordenamento Jurídico pode ter, em um momento também especial, o fim da ditadura. Como essas discussões foram conduzidas na perspectiva de gênero? Quem falou em nome dessas minorias? Quais eram aqueles habilitados a selecionar as propostas trazidas pela sociedade civil? Com que argumentos parte das propostas foi ignorada? Como essas pessoas puderam estabelecer critérios para escolher aquilo que seria incorporado no texto constitucional e o que ficaria de fora? Houve critério? Por outro lado, os movimentos feministas souberam insistir quando cabível e abrir mão de determinadas demandas quando necessário? Isso significa que a ênfase maior da pesquisa é na observação dos debates, no uso das palavras, nas estratégias discursivas utilizadas tanto por aqueles mais progressistas no que dizia respeito ao tema tratado quanto por aqueles mais apegados aos papéis tradicionais instituídos com base nas funções sexuais. Obviamente, o decorrer da discussão implicará na apresentação das diferentes propostas para positivação desses direitos na Constituição e como foi atingido o resultado final, mas o aspecto central é esse momento anterior da observação dos debates.

No que diz respeito à seleção dos diálogos, cabe ressaltar que foram examinadas algumas das Subcomissões da Assembleia. As Subcomissões foram escolhidas porque nelas a sociedade civil teve espaço para manifestação, sendo esse um grande momento de oitiva das propostas populares para que os constituintes elaborassem as suas próprias propostas, além de debaterem e demonstrarem as suas convicções acerca dos temas tratados, e em que medidas essas convicções influenciariam no texto constitucional. Foram investigados os debates em algumas subcomissões, não ficando a análise presa a uma delas ou não tendo sido examinadas todas as subcomissões. Não se poderia reduzir a análise a somente uma Subcomissão porque os temas pertinentes aos direitos das mulheres

atravessaram diferentes Subcomissões, pois diziam respeito a direitos individuais, ao trabalho, reestruturação familiar, saúde, entre outros, assim como atravessa atualmente diversos ramos tradicionais nos quais o Direito é dividido. Ao mesmo tempo, entendeu-se não ser necessário investigar os debates em todas as Comissões e Subcomissões, simplesmente porque é muito provável que na Comissão da Organização do Estado e na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo não tenha havido qualquer discussão sobre gênero.

Em relação às Comissões, foram observadas a da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, a da Ordem Social e a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, foi escolhida a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais por ser aquela responsável pelo desenho de uma carta de direitos e garantias individuais. As três Subcomissões da Ordem Social tiveram suas reuniões verificadas, sendo elas Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Optou-se por percorrer todos esses discursos porque temas de gênero apareceram nas três, como trabalho da mulher e as licenças maternidade e paternidade na dos Trabalhadores, aposentadoria e, brevemente, o aborto na de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente e trabalho da mulher, mulher negra e homossexualidade apareceram na dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação foi dada atenção especial à Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, que discutiu arduamente a questão do aborto, bem como o divórcio.

É interessante notar que os temas de minorias em geral, e os de gênero especificamente, em regra, são complexos e não se adéquam às estruturas colocadas tradicionalmente por outras matérias. Esse aspecto é um pressuposto fundamental para se compreender não somente a necessidade de se passar por todas essas Subcomissões, mas também os motivos pelos quais os representantes dos movimentos sociais minoritários optaram por falar, como estratégia, em todas as Subcomissões em que entendiam pertinentes. Em função disso, a representante das empregadas domésticas discursou na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e das Minorias e na Subcomissão dos

Trabalhadores e Servidores Públicos. O grupo Triângulo Rosa falou sobre suas demandas nas Minorias e nos Direitos e Garantias Individuais, aqueles favoráveis e contrários ao aborto participaram incisivamente na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais e na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, para citar alguns exemplos.

Apesar de esse aspecto trazer o risco de o texto se tornar um pouco repetitivo, optou-se por não dividir esses capítulos a partir dos temas propostos pelas várias faces do movimento feminista, e sim dividir por Subcomissões. Dessa forma, torna-se possível perceber como as diferentes Comissões e Subcomissões receberam esses temas comuns, como os Constituintes que participavam de mais de uma dessas Subcomissões atuavam em relação a esses temas, na medida em que sentiam ter um público mais propício ou não às suas idéias, e como os demais Constituintes se organizavam considerando o andamento das demais Subcomissões, os rumos que as aprovações tomavam, para apresentarem suas propostas. Um dos melhores exemplos desse movimento foi o do Constituinte José Genoíno, sobre a questão do aborto. Esse tema, bastante complexo por envolver não somente questões jurídicas como também questões morais e religiosas, talvez seja um dos mais interessantes para se perceber essas articulações. Os pontos controvertidos, em que as discussões sobre o Direito estão colocadas em pé de igualdade com as de ordem moral e religiosa são bastante ricos no aspecto da argumentação.

O argumento da técnica jurídica fez com que temas como o alcance da norma constitucional ou da adequação de se tratar sobre um determinado assunto na Constituição fossem colocados constantemente, para justificar a entrada de um direito e um determinado tratamento sobre ele ou para tirar a possibilidade da Assembleia Constituinte se posicionar em relação a tal assunto. Nesses momentos observa-se que a técnica jurídica estava completamente ligada aos interesses políticos e aos valores pessoais. O “povo” gostaria de uma Constituição “sintética”, seguindo o modelo americano? Ou ele iria preferir uma Constituição “analítica”? A discussão sobre o perfil que uma Constituição deve ter não possui qualquer neutralidade ou objetividade. A Constituição fruto dessa Assembleia em determinados momentos deveria ser sintética, em outros deveria ser analítica. O interessante é que os grupos não necessariamente mantiveram um entendimento

coerente sobre esse ponto, o que demonstra o caráter estratégico na utilização desse tipo de argumento, entre outros que apareceram no decorrer dos debates.

A trajetória a ser percorrida ao longo dessa parte envolve um primeiro capítulo destinado a examinar a importância da Constituinte para as mulheres e tecer breve comentário sobre as eleições das candidatas à Assembleia, os seus perfis, bem como a atuação delas como grupo. Isso porque é importante qualificar aquelas que, pelo menos a princípio, falariam em nome das mulheres. Em seguida, será o momento do ingresso nos discursos ocorridos nas Subcomissões já brevemente apresentadas, observando tanto as representações da sociedade civil que estiveram presentes quanto as reações dos Constituintes sobre os mais variados temas. Nesse momento, serão apresentadas as propostas trazidas diretamente pelos movimentos e as propostas apresentadas pelos próprios Constituintes, culminando com a proposta encaminhada pela Subcomissão e com a comparação com a redação final. Nesse sentido, torna-se interessante ressaltar que a sociedade civil, os movimentos minoritários, em regra, foram muito corajosos em suas reivindicações e o resultado final ficou aquém das demandas. Por outro lado, foi nítido o esforço realizado por determinados Constituintes a partir de determinado momento da Assembleia, para que os poucos direitos já afirmados há muito ou pouco tempo não fossem perdidos.

Por fim, serão apontadas as demandas que ficaram pendentes, demandas essas centrais para que fosse realmente possível se pensar em outras formas de relações de gênero e em definições - ou indefinições- de papéis sociais com base na tradicional diferença entre sexos. Algumas foram conquistadas relativamente pouco tempo após a Constituinte, outras somente começam a ser repensadas muito recentemente. Cabe ressaltar que a Assembleia Constituinte não foi encerrada após os debates nas Subcomissões e a aprovação dos anteprojetos das Comissões. Na verdade, haveria ainda a Comissão de Sistematização e o Plenário. Porém, optou-se por concentrar a análise nas Subcomissões por terem sido estas um importante momento de debates entre a sociedade civil e os membros da Assembleia Constituinte.

3.2

As mulheres na Constituinte de 1987-1988: a acidental constituição de uma Bancada Feminina

A convocação de uma nova Assembleia Constituinte foi bastante significativa, especialmente para o movimento feminista. A última havia ocorrido para a elaboração da Constituição de 1946. Além do fato dessa Constituição ter persistido somente até 1967, o fato é que não houve qualquer representação feminina, conforme esclarece Fanny Tabak¹. Nesses termos, a Constituição de 1946 significava um pequeno retrocesso em relação à de 1934, em virtude de não ter contado com a presença de Carlota Pereira de Queiroz e considerando que Bertha Lutz, um dos grandes nomes do feminismo no Brasil, também havia concorrido para a Constituinte. Portanto, era um momento especial em virtude da saída de um regime autoritário e mais especial para o movimento feminista, que havia se fortalecido bastante ao longo do século XX e tinha condições de organizar suas propostas e realizar pressão política sobre a Assembleia, contexto esse completamente diferente dos anteriores. As demandas do final do século eram mais sofisticadas, pois o elemento, o voto, já estava consolidado. Sabe-se também que muitas dessas demandas que retornaram na Constituinte de 1987-1988 foram deixadas de lado ao longo do século XX pelo fato de o contexto não ser favorável a essas conquistas de direitos. A nova Constituição seria, portanto, uma oportunidade de ampliação da democracia em diversos sentidos, as minorias sabiam desse fato e se organizaram para isso, não ficando restrita a uma simples oposição à ditadura anterior.

Nesse sentido, as mulheres já haviam começado a se organizar em um período anterior. Em 1978 uma provável abertura política já era ensaiada. Com a anistia em dezembro de 1979, as mulheres brasileiras que se encontravam exiladas e que haviam tido contato com o feminismo na Europa regressaram ao país. As eleições de 1978 já apresentaram uma possibilidade de maior participação de mulheres na política, sendo a eleição de Heloneida Studart, pelo MDB, partido de oposição, para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 1978 um episódio simbólico entre as feministas, pois se tratava de alguém comprometida com a causa. As eleições ocorridas em 1982 foram ainda mais significativas, pois

¹ TABAK, Fanny. As candidatas à Constituinte. P. 140. In TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. PP 140-160.

mulheres e homens candidatos já traziam em seus projetos e campanhas propostas feministas. Nos Poderes Legislativos locais as mulheres conquistaram maior destaque no que diz respeito à participação política, pois foram quase duas mil mulheres vereadoras eleitas em todo o país, entre os diferentes partidos existentes, como PMDB, PDS, PDT, PT e PTB², com a influência do documento chamado Alerta Feminista, elaborado pelas feministas e distribuído entre os candidatos nas eleições diretas para os governos estaduais em 1982, servindo como plataforma do movimento.

Uma das razões pelas quais a Constituinte seria tão importante era o fato de se ter a oportunidade de incorporar às normas constitucionais as reivindicações elaboradas e intensificadas no período da Década da Mulher, declarado pela ONU a partir de 1975³. Uma vez incorporadas no texto constitucional, seria mais fácil pleitear que o Congresso Nacional regulamentasse tais direitos, por isso a mobilização em torno da Constituinte deveria ser intensa. A presença de mulheres na Constituinte aconteceu de diferentes formas. Estiveram por lá grupos de mulheres, não necessariamente vinculadas ao movimento feminista, as próprias feministas, as Deputadas eleitas e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, dirigido naquele momento pela socióloga Jaqueline Pitanguy. O Conselho contribuiu tanto diretamente, com a participação de suas representantes em audiências públicas, como prestando auxílio a outros movimentos com demandas comuns ou afins, como foi o caso do Triângulo Rosa, grupo de homossexuais, o caso das empregadas domésticas, sem dúvida vertente do movimento feminista, e as mulheres negras, que se manifestaram na Subcomissão de Minorias.

A denominada Bancada Feminina na Assembleia Constituinte não era grande, pois somente vinte e seis deputadas haviam sido eleitas, e em sua grande maioria não tinham vínculo com o movimento feminista. Além disso, um dado relevante em relação a esse número é o fato de Beth Mendes ter se licenciado como Constituinte em virtude de ter aceitado o convite para o cargo de Secretária

² Essa informação pode ser encontrada em TABAK, Fanny. As candidatas à Constituinte. PP. 141-142. In TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. PP 140-160.

³ Essa tentativa, ou esforço concentrado, das feministas de tentar garantir que essas demandas aparecessem no texto constitucional para conseguir a sua posterior concretização aparece tanto do texto de Fanny Tabak, citado na referência logo acima quanto em PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. P. 206. In SAFFIOTI, Heleieth e MUNÓZ-VARGAS, Monica (org.) *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS, Brasília, 1994. PP. 195-230.

da Cultura do Estado de São Paulo, em 15 de março de 1987. Elizabete Mendes de Oliveira⁴ havia sido eleita pelo Estado de São Paulo, aos trinta e sete anos, pelo PMDB. Era atriz e estudava Ciências Sociais na USP quando abandonou o curso e ingressou na luta armada no ano de 1969. Foi presa e sofreu torturas no Doi-Codi,, nas mãos do Coronel Brilhante Ulstra. Antes das eleições para a Assembleia Constituinte, em que obteve 58.019 votos, com o apoio de Orestes Quércia, ela havia sido eleita como deputada federal pelo PT. Porém, abandonou tal partido para votar em Tancredo Neves e conseguiu espaço em um dos grandes partidos daquele momento. Considerava-se como parte da esquerda moderada. Sendo assim, a Constituinte contaria, de fato, com vinte e cinco mulheres em sua composição, apesar de as referências serem sempre em relação a vinte e seis eleitas.

O passo agora é perceber como essa bancada se constituiu em Bancada Feminina, pois a princípio, do fato de serem mulheres não decorre uma necessária vinculação às demandas feministas. Além disso, dependendo da demanda apresentada, nem todas as mulheres Constituintes aderiam a ela. Os temas tratados na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, para citar brevemente uma referência a ser analisada posteriormente, deixaram esse fator bastante exposto. Céli Jardim enumera três fatores de provável reunião dessas mulheres: o primeiro deles teria sido a própria atuação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher estimulando as feministas a atuarem sobre a Constituinte, sendo alvo principal as mulheres Constituintes, o segundo seria a existência de três emendas populares vindas de movimentos de mulheres para que o rol de direitos fosse ampliado e o terceiro fator seria o próprio ambiente de uma Câmara de Deputados, eminentemente masculino, não somente em relação à quantidade de homens muito maior do que a de mulheres, mas em virtude da própria dinâmica de funcionamento. A autora observa adequadamente que isso contribui especialmente para a formação de uma identidade feminina entre as poucas mulheres presentes⁵, o que a aproxima da articulação elaborada por Butler sobre a constituição da identidade a partir do processo de exclusão. Nesses termos, a

⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 292-293.

⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. PP. 213-214. In SAFFIOTI, Heleieth e MUNÓZ-VARGAS, Monica (org.) *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS, Brasília, 1994. PP. 195-230.

representação das mulheres na Constituinte como grupo, como uma categoria, não ocorreu em função de uma identificação anterior, prévia e sim no momento posterior, em virtude dos trabalhos na Assembleia.

Considerando os dados da legislatura anterior, em que havia somente sete mulheres, pode-se entender que o número de deputadas aumentou significativamente, ou seja, 3,7 vezes apesar de terem sido somente vinte e seis no universo de quatrocentos e oitenta e sete deputados federais e quarenta e nove senadores, ou seja, eram quinhentos e cinquenta e nove representantes na Assembleia⁶, e as mulheres compunham 5% do total de Constituintes. Cabe ressaltar que as mulheres foram eleitas como deputadas não havendo naquele momento nenhuma senadora entre os Constituintes. Nesses termos, a análise pode ser feita de forma otimista em relação à participação feminina na política. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste foram as que mais contribuíram para o ingresso de mulheres na Assembleia em números absolutos. Em relação ao desenho dessa participação, 42% das mulheres eram do PMDB, porém, esse parece ter sido o partido que teve a menor porcentagem de mulheres em termos relativos, em virtude da quantidade de Constituintes eleitos por ele. Nesse sentido, somente 4% de sua bancada era composta por mulheres, ou seja, eram onze mulheres e 5% da bancada do PFL tinha composição feminina, o que equivalia a seis mulheres. Ambos os partidos eram considerados grandes. Os partidos de esquerda, considerados pequenos, foram os que mais enviaram mulheres à Constituinte em relação ao universo de suas bancadas. PT, PCs e PSB tinham 15% de composição feminina, o que em números absolutos implicava em quatro mulheres. O PTB tinha 11%, o que significava duas mulheres. O PDT apareceu com 4%, ou seja, uma mulher em sua bancada e o PSB enviou duas deputadas, representando 6% de sua bancada⁷.

⁶ Esses dados podem ser obtidos em diferentes fontes. Uma interessante é encontrada no próprio site do Senado Federal, o texto que explica brevemente não somente o funcionamento, mas também o material existentes sobre a Assembleia Constituinte e a forma como deve ser realizada a consulta a ele. OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Fontes de informações sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 1993. P. 8. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/constituente/fontes.pdf>>

⁷ Esses dados podem ser conferidos em RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 67-68.

Leôncio Martins Rodrigues atribuiu essa maior incidência de mulheres nos partidos pequenos ao fato de o acesso a eles ser mais fácil. Nos partidos menores as minorias ou os agentes que ingressaram posteriormente no campo político encontrariam menos dificuldades em conseguir espaço. Os espaços nesses lugares não seriam tão disputados, ou não estavam sob o controle de grupos consolidados e há muito tempo no poder. Os homens que se encontravam há mais tempo no poder conseguiam facilmente obter êxito no controle dos grandes partidos, dificultando a trajetória dos demais grupos. As legendas que não eram as principais eram as mais acessíveis a esse público sem padrinhos, sem recursos financeiros e família na política⁸. Além disso, não se pode esquecer o fato de que os partidos de esquerda eram mais abertos a essas novas demandas, apesar da resistência inicial de setores da esquerda em relação ao movimento feminista e ao movimento negro. Confirmando a análise de Leôncio Rodrigues, Fanny Tabak, ao ressaltar que eram poucas as Constituintes ligadas ao movimento feminista, ainda afirma que algumas conseguiram ser eleitas por causa do prestígio de suas famílias na política, ou em decorrência da importância do marido, que no exercício de um mandato conseguia fazer uso da máquina administrativa e reunir recursos financeiros. Ela cita os seguintes casos:

Graças à ‘ajuda’ do marido, quatro deputadas foram eleitas – uma no Rio (mulher do prefeito de uma importante cidade), outra em Goiás (mulher de um senador), outra no Rio Grande do Norte (mulher de ex-governador, eleito senador) e a última também mulher de ex-governador, igualmente eleito senador constituinte. Mas há outras também eleitas com o prestígio de maridos ou parentes próximos: uma na Paraíba (mulher de ex-governador), outra no Piauí (viúva de um ex-senador e líder de governo), e outra ainda no território de Roraima, mulher de ex-governador.

Duas outras deputadas foram eleitas, pode-se dizer que exclusivamente em virtude do prestígio político de seus pais(sic) – um deles (já falecido), foi o presidente da República identificado com um período de governo democrático por excelência (1955-1960), e outro, também ex-presidente da República e então prefeito da maior área metropolitana da América do Sul (São Paulo). Trata-se de duas mulheres que jamais participaram de qualquer movimento social ou militância partidária e que, ao contrário, viveram longos anos no exterior. Durante a campanha eleitoral, não apresentaram nenhuma plataforma política que fizesse prever qualquer compromisso no sentido de dar apoio às reivindicações levantadas pelo movimento feminista⁹.

⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 68-69.

⁹ TABAK, Fanny. As candidatas à Constituinte. P. 157. In TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. PP 140-160.

Nesse trecho, a autora prefere não citar os nomes, não esclarecendo os motivos para essa omissão, mas as identificações são possíveis e necessárias nesse momento, pelo menos em relação àquelas minimamente apresentadas por ela. Pelo Rio de Janeiro foi eleita Ana Maria Martins Scorzelli Rattes, quarenta e sete anos, pelo PMDB. Era advogada, formada em Direito pela Faculdade de Valença e se definia como centro-esquerda. Era casada com o ex-prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, responsável pela coordenação da campanha de Moreira Franco ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Ana Maria Rattes ocupou o cargo de secretária de Apoio Comunitário durante o governo de seu marido em Petrópolis, no período entre 1983 e 1986. Ela também fez parte da Comissão de Direitos Humanos junto com Frei Leonardo Boff. A condição de Constituinte foi atingida em seu primeiro mandato eletivo, com 54.710 votos¹⁰. Por Goiás foi eleita Lúcia Vânia Abrão Costa, aos quarenta e dois anos, pelo PMDB. Seu marido, Irapuan Costa Junior, havia sido governador do Estado de Goiás pela Arena, quando Lúcia Vânia ocupou cargo de confiança, e naquele momento se tornava senador também pelo PMDB, além de ser proprietário do Banco Brasileiro Comercial. A Constituinte era formada em jornalismo pela Universidade Federal de Goiás e tinha pós-graduação em Ciências Políticas em Oxford. Definia-se como de centro. Seu primeiro mandato legislativo era na Assembleia Constituinte, alcançando 84.688 votos¹¹.

Pelo Rio Grande do Norte foi enviada à Assembleia Constituinte Wilma Maria de Faria Maia, aos quarenta e um anos, pelo PDS. Era casada com o senador Lavoisier Maia Sobrinho, foi secretária estadual do Trabalho e do Bem-Estar Social no período entre 1982-1986, além de ter ocupado cargos públicos nos governos municipal e federal. Ela era professora universitária com formação na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Enfrentava a sua primeira função legislativa, tendo alcançado 143.583 votos nas eleições e se considerava de centro¹². Antônia Lúcia Navarro Braga foi eleita pela Paraíba, aos cinquenta e dois anos, pelo PFL. Era assistente social e bacharel em Direito pela Faculdade de Serviço Social da Paraíba e pela UDF de Brasília. Foi presidenta da

¹⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 262-263.

¹¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 315-316.

¹² ODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 204.

Fundação Social do Trabalho, órgão do governo estadual, no período entre 1982 e 1986, se definia como centro-esquerda e foi eleita pela primeira vez para uma função legislativa naquele momento, com 92.324 votos. Miriam Nogueira Portella Nunes foi eleita pelo PDS com sessenta e quatro anos pelo Estado do Piauí. Era advogada, com formação realizada na Universidade Federal do Piauí e foi funcionária federal aprovada em concurso público, tendo trabalhado no TRT do Piauí de 1965 até 1985. Foi presidenta da Comissão de Assistência Comunitário do governo Lucídio Portella e já havia sido candidata à prefeitura de Teresina também pelo PDS, porém não obteve êxito. Elegeu-se para a Constituinte com 26.956 votos e se considerava de centro-esquerda. Por Roraima foi eleita Maria Marluce Pinto, pelo PTB, aos quarenta e três anos. Era mulher do ex-governador do território e deputado federal Ottomar Pinto e, assim como ele, vinha do PDS. Ela obteve 2.732 votos e se considerava de centro.

As duas filhas de ex-presidentes citadas por Fanny Tabak foram Dirce Tutu Quadros e Márcia Kubitschek. A primeira se elegeu pelo PTB aos quarenta e dois anos pelo Estado de São Paulo e era filha de Jânio Quadros, ex-presidente e na época prefeito de São Paulo. Sem dúvida seu pai foi o facilitador para o seu êxito em sua primeira eleição, diretamente para a Assembleia Constituinte, com 34.228 votos. Sua formação era como bióloga e foi doutora em Citologia pela Universidade do Texas. Em seu currículo, sua ligação com a política era somente a de assessora do ex-senador José Sarney no momento em que ele foi presidente do PDS. Ela se declarava de centro. Um dado interessante em sua biografia era o fato de estar em seu segundo casamento¹³. O motivo da relevância do tema foi o fato de o divórcio ter sido questionado na Assembleia Constituinte de 1987-1988, como um fator que poderia fazer ruir as famílias brasileiras e colocar muitos menores na condição de abandono. Márcia Kubitschek era filha de Jucelino Kubitschek e foi eleita pelo Distrito Federal aos quarenta e três anos pelo PMDB. Era jornalista formada pela PUC-Rio. Sua experiência era como responsável pelo escritório da Embratur em Nova York. Conseguiu ser eleita com 22.746 votos com o apoio do governador José Aparecido, sendo esse seu primeiro mandato

¹³ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 295.

político. Antes disso, havia militado no PDS com seu pai e no MDB. Disse ser de centro em sua posição política¹⁴.

Nesses termos, percebe-se que realmente uma parte significativa das mulheres Constituintes não tinha qualquer ligação com o movimento feminista. Parte delas conseguiu relevante apoio popular em virtude de terem desempenhado funções assistencialistas em governos de seus maridos. Esse quadro torna a dinâmica da formação de uma bancada feminina ainda mais interessante, se observado esse processo de acordo com a teoria desenvolvida por Butler. Além disso, é sabido também que o exercício dessas funções por parte de mulheres é facilmente justificado, de acordo com o que foi apresentado no segundo capítulo. É sempre socialmente esperado que mulheres se envolvam dessa forma com o mundo público, por isso, o envolvimento pode ser até mesmo estimulado por família e marido. Essas mulheres poderiam ser percebidas como o lado “humano” da política, ou os ouvidos dos governos de seus familiares voltados para as demandas populares. Essa era uma forma válida de ingresso no mundo público, o problema era a atuação delas se restringir a isso. O surgimento dessa bancada feminina de certa forma pode ter ajudado a romper com essa função política estereotipada da mulher. Certamente, não era esperado que elas se envolvessem com qualquer projeto feminista. Esse fator foi mérito delas, mas mérito também daquelas que se mobilizavam pelo tema tanto na sociedade civil quanto pelo próprio Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Uma das poucas consideradas por Fanny Tabak como relacionadas com o movimento feminista foi Maria Cristina Tavares Correia, que se comprometeu com a discussão sobre descriminalização do aborto na Assembleia Constituinte¹⁵. Apesar de seu compromisso intelectual com a causa, ela não chegou a se manifestar nas Subcomissões em que o tema surgiu, e provavelmente atuou nesse tema nos bastidores da Constituinte. Ela foi eleita Relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, atuando, posteriormente, na Comissão de Sistematização. A Constituinte era pernambucana, solteira e foi eleita quando tinha cinquenta e dois anos. Não estava no seu primeiro mandato na Câmara Federal. Tinha sido eleita em 1978 pelo MDB e em 1982 pelo PMDB. Nas

¹⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 322.

¹⁵ TABAK, Fanny. As candidatas à Constituinte. P. 157. In TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. PP 140-160.

eleições para a Constituinte conquistou 40.624 votos. No questionário respondido para a pesquisa de Leôncio Rodrigues se considerou de centro-esquerda, mas nada disse sobre qualquer vínculo com o movimento feminista¹⁶. É certo que tal entrevista não tinha como objeto a investigação sobre a posição dos Constituintes sobre gênero ou direitos das mulheres e sim um mapeamento das posições dos membros da Assembleia sobre a economia, o papel das multinacionais e do capital nacional e reforma agrária. Porém, uma ou outra ainda assim se manifestou como sendo feminista. De qualquer forma, Fanny Tabak entendeu ser Cristina Tavares um dos grandes nomes do tema.

As duas que se declararam feministas em tal pesquisa foram Rose Rosilda Freitas e Maria Abigail Freitas. Benedita da Silva não se disse feminista, mas a condição de mulher iniciava o seu slogan “mulher, negra e favelada”. Rose Rosilda de Freitas, divorciada e mãe de dois filhos, foi eleita pelo Estado do Espírito Santo aos trinta e sete anos com 36.132 votos, pelo PMDB. Havia sido deputada estadual em 1982 e era radialista. Já havia concorrido em 1985 na convenção de seu partido a indicação para as eleições da prefeitura de Vitória, mas não obteve êxito. Considerava-se de centro-esquerda. Esteve envolvida com a campanha da anistia e assumiu ser feminista, apesar desse não ter sido um critério avaliado nesses perfis¹⁷. Maria Abigail Freitas Feitosa era cearense, casada, e foi eleita pelo Estado da Bahia aos cinquenta e seis anos. Era médica, especificamente ginecologista e obstetra, e já havia sido eleita para deputada estadual em 1982. Conseguiu chegar à Assembleia Constituinte com 34.821 votos. Considerava-se como esquerda radical, tendo experiência na militância no MDB. Também se disse feminista¹⁸.

Por fim, Benedita Souza da Silva Santos foi eleita pelo Rio de Janeiro, aos quarenta e quatro anos, pelo PT. Era casada e tinha formação em Serviço Social pela antiga Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro, atual Veiga de Almeida. Foi eleita para vereadora no Rio de Janeiro em 1982, também pelo PT além de ter sido militante do MDB. Para a Assembleia Constituinte ela obteve

¹⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 211.

¹⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 247.

¹⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 230.

27.460 votos, tendo se definido como esquerda moderada¹⁹. Foi eleita em virtude do grande prestígio e liderança em sua comunidade, tendo sido reconhecido por seu trabalho. O interessante em sua biografia Foi seu slogan “mulher, negra e favelada”. A categoria feminista não apareceu, mas a condição de mulher, e não qualquer mulher, mas a mulher negra e de classe popular parece ter sido fundamental para indicar quais seriam as suas principais questões a serem suscitadas na Constituinte. Benedita foi exemplo de uma atuação na Assembleia que ocorria a partir da interseccionalidade, a especificidade colocada pelas condições de gênero, raça e classe e que permitiu à Constituinte Benedita da Silva ter grande sensibilidade para demandas que, a princípio, não eram de seu interesse direto. Não deve ter sido por outro motivo que na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias ela foi uma das únicas a ressaltar a necessidade de se ouvir os homossexuais na categoria das minorias, sendo combatida por outros Constituintes, como será demonstrado adiante. Ela foi também responsável pela ida das representantes das empregadas domésticas a essa mesma Subcomissão, além da exposição realizada por elas na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Sendo assim, sua atuação foi nitidamente alinhada com a plataforma feminista mais avançada naquele momento: aquela que já recepcionava as demandas dos homossexuais, antes de se constituírem no Brasil como movimento LGBTT, e que se preocupava também com a posição peculiar de mulheres que se encontravam sujeitas a diferentes formas de opressão, como raça e classe.

Ainda pelo Rio de Janeiro, além de Ana Maria Rattes e Benedita da Silva, foi eleita Sandra Martins Cavalcanti, solteira, com sessenta e um anos, pelo PFL. Era professora de português e literatura brasileira, formada pela PUC-Rio em Letras Clássicas. Sua carreira política já havia sido iniciada há bastante tempo se comparada com Constituintes que tinham sua primeira experiência política, pois foi vereadora eleita pela UDN no antigo Distrito Federal, em 1954 e em 1958. Foi deputada estadual pelo mesmo partido em 1960. Ao longo do governo de Carlos Lacerda teve o cargo de secretária de Serviços Sociais. Em 1974 foi deputada estadual pela Arena e em 1978 chegou a se candidatar ao Senado, mas foi derrotada. No ano de 1982 concorreu ao governo do Estado pelo PTB, mas foi

¹⁹ RODRIGUES, Leônicio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 253-254.

derrotada. Foi a deputada com maior número de votos pelo PFL, obtendo 137.595 votos. Definia-se como alguém de centro²⁰. Eram, portanto, três perfis de mulher bastante distintos, envolvendo diferentes concepções políticas e experiência de vida. Nenhuma ligada aos movimentos feministas.

A região Sudeste ainda contou com mais uma representante por São Paulo, Irma Passoni, além das outras mencionadas logo no início, e Rita Camata, pelo Espírito Santo. Irma Rosseto Passoni era de Santa Catarina, mas foi eleita por São Paulo, aos quarenta e três anos, para a Assembleia Constituinte pelo PT. Nesse momento era casada e tinha dois filhos. Sua formação foi realizada na Faculdade Nossa Senhora Medianeira e Faculdades Metropolitanas Unidas, sendo professora do ensino público. Ela se definiu como sendo de esquerda, mas não se considerava radical. Tinha uma concepção de reforma agrária para o Brasil bastante radical e em momentos relevantes defendeu os direitos das mulheres. Ela liderou o Movimento contra a Carestia em São Paulo, em regra, as mulheres tinham grande participação nessa espécie de ação. Porém, Leôncio Rodrigues ressaltava que ela era relacionada às Comunidades Eclesiais de Base, o que ajuda a entender a sua posição peculiar em relação aos direitos reprodutivos se comparada com as posições defendidas por feministas. Portanto, ela se comprometia com a causa das mulheres até certo limite colocado por convicções religiosas. Porém, esse fator não inviabilizava alianças em prol de demandas relevantes. Já havia sido eleita deputada estadual em 1978 pelo MDB. Quando houve a reforma partidária ela se incorporou no PT e foi eleita deputada federal em 1982. Chegou à Assembleia Constituinte com 22.166 votos²¹. Rita de Cássia Paste Camata foi eleita bem jovem, aos vinte e cinco anos, para a Assembleia Constituinte, pelo PMDB. Nesse momento, apesar da juventude, já era casada e tinha uma filha. Havia feito sua formação em jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo. Assumiu na entrevista que somente iniciou sua carreira política após o casamento com Gérson Camata, Senador Constituinte pelo PMDB do Espírito Santo, que era ex-governador do Espírito Santo. Sua candidatura foi lançada por

²⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 265-266.

²¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 300.

seu marido sem muita antecedência ou previsão e ainda assim ela teve o maior número de votos em seu Estado, 136.031 votos. Dizia-se de centro-esquerda²².

Pelo Distrito Federal, além de Márcia Kubitschek, foi enviada Maria de Lourdes Abadia, aos quarenta e um anos, desquitada e sem filhos, pelo PFL. Sua formação foi realizada em Serviço Social pela UnB. Já havia sido diretora executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal entre 1985 e 1986 e, durante quatorze anos, foi administradora regional da cidade satélite de Ceilândia. Apesar de sua experiência, era a primeira vez que passava por uma campanha eleitoral, obtendo 46.016 votos. Dizia-se pertencer à esquerda moderada²³. Tinha posição declarada radical em temas como reforma agrária, não se disse feminista, mas teve atuação importante nesse tema.

As regiões Norte e Nordeste enviaram grande número de mulheres, se comparado com as demais regiões. O Amazonas contou com a representação de Elizabeth Azize, Eunice Mafalda Michiles e Sadie Rodrigues Havache em um universo de oito deputados e três senadores enviados. Beth Azize era solteira e tinha quarenta e três anos quando foi eleita pelo PSB. Era jornalista e advogada, tendo realizado sua formação em Direito na Faculdade de Direito do Amazonas e na Universidade de Lisboa. Já havia exercido o cargo de procuradora jurídica de Manaus entre 1971 e 1976. Dizia-se de centro-esquerda e a favor de uma reforma agrária radical. Já havia sido vereadora em Manaus pelo MDB de 1976 até 1982 e deputada estadual pelo PMDB entre 1982 e 1986. Foi eleita para a Constituinte com 17.325 votos. Eunice Mafalda Michiles era divorciada, tinha cinco filhos e foi eleita pelo PFL para a Constituinte aos cinquenta e sete anos. Era professora primária e comerciante. Considerou-se politicamente como de centro e entendia que a reforma agrária deveria estar restrita às propriedades improdutivas. Já havia feito parte do Senado como suplente de João Bosco Ramos de Lima, do Arena, quando este faleceu em 1979. Conseguiu ser eleita para a Assembleia com 24.033 votos. Sadie Rodrigues Havache era casada e tinha cinco filhos ao ser eleita para a Constituinte também pelo PFL. Era jornalista formada pela Faculdade do Amazonas e ex-proprietária de uma TV em Manaus, chamada Ajuricaba. Já havia tentado ser eleita senadora pelo PDS em 1982, mas não foi bem sucedida. Disse

²² RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 247.

²³ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 322-323.

não concordar com a divisão política entre esquerda e direita e defendeu uma economia primordialmente de mercado. Obteve nas eleições 16.813 votos²⁴.

Pelo Acre foi eleita Maria Lúcia Mello de Araújo, paraibana, com cinquenta e um anos de idade, pelo PMDB. Ela tinha dois filhos e era viúva do governador Augusto de Araújo eleito em 1962 e cassado em 1964. Era professora primária e sua formação havia sido realizada na Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Já havia sido suplente de um deputado federal exercendo mandato entre 1966 e 1968, momento em que foi cassada. Seu primo havia sido recém eleito para governador do Estado quando ela foi eleita com 6.973 votos. Considerou-se politicamente de centro. Rondônia enviou Raquel Cândido e Silva e Rita Isabel Gomes Furtado. Raquel Cândido e Silva tinha trinta e cinco anos e era solteira quando foi eleita pelo PFL. Era técnica de saúde e professora e já havia sido vereadora em Porto Velho pelo PMDB. Nesse momento conseguiu destaque na luta pela moradia para populações pobres. Foi eleita deputada federal com 12.734 votos. Rita Isabel Gomes Furtado também foi eleita pelo PFL. Ela era casada, com quarenta anos, tinha duas filhas e era do Estado do Rio de Janeiro. Tinha formação em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Jornalismo pela UnB. Foi superintendente das Emissoras de Rádio da Amazônia. Sua posição política era liberal e pensava que o Estado deveria interferir o mínimo na economia. Já havia sido eleita deputada federal em 1982 pelo PDS, retornando à Câmara naquele momento com 32.223 votos. Apesar de assumir posição liberal, ser contrária ao intervencionismo estatal e pensar que a reforma agrária deveria ficar restrita às terras improdutivas, ela se considerava politicamente de centro²⁵.

Pelo Amapá foi enviada, aos quarenta e sete anos, Raquel Capiberibe da Silva, pelo PMDB, paraense, casada. Sua formação era na Pedagogia pela Universidade do Pará. Já havia sido membro do PTB, tendo sido eleita em 1985 pelo PMDB vice-prefeita de Macapá. Conquistou 4.754 votos para ingressar na Assembleia Constituinte e descreveu-se politicamente como de centro, apesar de se dizer defensora de reforma agrária radical. O Ceará enviou, aos quarenta e um anos, Moema Corrêa São Thiago, pelo PDT, mineira, viúva e sem filhos. Ela era

²⁴ Informações sobre as amazonenses: RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP170-172.

²⁵ Informações sobre as deputadas por Rondônia: RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. P. 175.

socióloga e advogada trabalhista do Sindicato dos Médicos do Estado. Sua formação foi realizada na Universidade Federal do Ceará. Ao longo da década de 1960 foi líder estudantil e ficou grande período na clandestinidade, até resolver se exilar em 1970. Retornou ao Brasil em 1979, mas antes esteve no Chile, Cuba, Portugal e outros países. A primeira função legislativa que exercia era na Constituinte, e foi enviada com 1.472 votos. Declarou-se como de centro-esquerda. Por fim, além de Maria Abigail Freitas Feitosa, a Bahía enviou Lídice da Mata e Souza, do PC do B, aos trinta e um anos, casada, com um filho. Era formada em Economia na Universidade Federal da Bahia, onde havia sido presidenta do Diretório Central dos Estudantes. Foi vereadora em Salvador em 1982 pelo PMDB, liderando a bancada na Câmara de Vereadores. Foi enviada à Constituinte com 36.450 votos e se definiu politicamente como esquerda radical²⁶. Não mencionou ser feminista, mas teve uma atuação forte em relação a essas demandas.

Os perfis traçados demonstram que eram mulheres completamente diferentes. Ainda assim, conseguiram instituir a Bancada Feminina, pelo procedimento de formação de identidade exaustivamente trabalhado. Obviamente, a chamada Bancada Feminina não foi integralmente coesa, o que já era esperado em virtude das distinções profundas na formação de cada uma delas. Além disso, essa Bancada foi relativamente forte, mas não potente o suficiente para colocar e garantir as demandas feministas. Ao mesmo tempo, posteriormente também será demonstrado que propostas interessantes sobre temas que poderiam reestruturar as relações de gênero foram apresentadas por outros membros da sociedade civil diferentes dos movimentos feministas. Nesse sentido, é interessante antecipar o exemplo do constitucionalista Siqueira Castro, um dos responsáveis pela defesa da igualdade nas licenças maternidade e paternidade, o que modernamente é denominado como licença parental.

Ao ingressar na análise das Subcomissões, o primeiro passo será apontar quais Constituintes foram eleitos como Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente e quem foi nomeado Relator, para que se tenha o perfil daqueles responsáveis pelo funcionamento da respectiva Subcomissão. O perfil

²⁶ Informações sobre Raquel Capiberibe, Moema Corrêa São Thiago e Lídice da Mata respectivamente: RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 366, 199, 238.

dos Constituintes será traçado especialmente com base no mapeamento realizado por Leôncio Rodrigues, que investigou os Constituintes. Importante notar que os citados no presente trabalho nunca se declararam como sendo de direita, em regra optavam por se dizer como “políticos de centro”. Ao mesmo tempo, foram poucos os que assumidamente se declaravam como “esquerda” ou “esquerda radical”, preferindo “centro-esquerda”. Entre as mulheres, já foi mencionado que somente duas se disseram feministas, mas ao contrário de uma tentativa de suavização de suas posições, a maioria não tinha ligação com o movimento feminista. Havia ao todo vinte e quatro Subcomissões, distribuídas entre oito Comissões temáticas e, por fim, uma Comissão de Sistematização. Os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator nas Comissões e Subcomissões foram compostos oficialmente através de eleições realizadas entre os respectivos membros de cada uma delas e essas atas das Subcomissões trazem as descrições dessas votações. Porém, na verdade houve acordo na distribuição desses cargos, conforme explica Adriano Pilatti com fundamento nas atas das Comissões, em que Mário Covas explicou o procedimento, no seguinte trecho:

A distribuição dos cargos de presidente, 1º e 2º vice-presidentes e relator nas Comissões e Subcomissões foi objeto de um grande acordo de lideranças, protagonizado pelo líder do PMDB e secundado pelo líder do PFL. Tal acordo resultou na apresentação de chapas completas, com o compromisso de o presidente eleito designar o relator escolhido pelo líder do partido a quem o cargo caberia. (...)

Ao PMDB couberam as Presidências de 15 das 24 Subcomissões e 21 das 32 Relatorias: a totalidade das Relatorias das Comissões e a maioria absoluta das Relatorias das Subcomissões. Na Comissão de Sistematização (...), coube também ao PMDB a Relatoria e ao PFL a Presidência. Com isso o número de relatores do PMDB chegou a 22 em 33 e o de presidentes do PFL, a 13 em 33. Os dois maiores partidos controlaram amplamente o poder de agenda e direção no âmbito das Comissões. Dos oito relatores do PMDB nas Comissões, seis estavam no campo progressista, um no campo conservador, e um pode ser considerado como moderado. Dos treze relatores do PMDB nas Subcomissões, dez situavam-se no campo progressista, um no campo conservador, e um pode ser considerado como moderado. A vantagem dos progressistas sobre os conservadores marcavam a distribuição das 24 Relatorias das Subcomissões: 12 cabiam aos progressistas, 11 aos conservadores do PMDB e a última cabia a um moderado do PMDB²⁷.

É importante apresentar brevemente esse mapa de distribuição de Presidências e Relatorias na medida em que alguns dos relatores de determinadas

²⁷ PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008. PP. 64-65.

Comissões e Subcomissões foram aliados, ainda que indiretamente, dos interesses das feministas, especialmente a partir do momento em que houve um esforço para retroceder nos direitos já garantidos naquele momento, como foi o caso, por exemplo, da possibilidade de interrupção da gravidez decorrente de estupro ou que colocasse em risco a vida da gestante, conforme será demonstrado, tanto na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, como na própria Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. O tema também surgiu e quase retrocedeu na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Um dos exemplos de Constituinte que atuou no sentido de resguardar a técnica jurídica em atenção à questão do feto ter expectativa de direito e não ser sujeito de direito foi o Senador José Paulo Bisol²⁸, Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o que foi muito importante no que diz respeito à afirmação de direitos da mulher. Esse exemplo será trazido novamente no momento oportuno para melhor exame da discussão.

Entre as vinte e quatro Subcomissões temáticas, as cinco eleitas para o estudo certamente apresentaram temas envolvendo gênero, variando a quantidade de temas bem como as intensidades das discussões. A chamada “Bancada Feminina”, apesar de muito pequena, poderia se concentrar nessas Subcomissões de forma estratégica para conseguir maior projeção para as propostas envolvendo esses temas. Porém, a “Bancada Feminina” não era uma bancada feminista e essas mulheres não iriam se articular racionalmente nesse sentido. Além disso, atualmente é bastante simples olhar para a Constituição, comparar com a estrutura dos trabalhos na Constituinte e perceber onde os temas de gênero poderiam estar presentes. Naquele momento a clareza poderia não ser a mesma para essas mulheres, apesar de os movimentos minoritários terem percebido esse fator e se apresentado em diferentes Subcomissões. Conforme exposto, as mulheres que compunham a bancada eram muito diferentes e, em sua grande maioria, não estavam na Assembleia Constituinte em virtude de interesse em defender projetos que envolvessem direitos das mulheres. A “Bancada Feminina” era um acidente

²⁸ José Paulo Bisol era casado, pai de três filhos e foi eleito para a Assembleia Constituinte aos 58 anos pelo Estado do Rio Grande do Sul. Foi eleito pelo PMDB. Era advogado e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do RS. Teve um único mandato eletivo antes da Constituinte, sendo deputado estadual pelo PMDB entre 1982 e 1986. Sob sua liderança, ocorreu um movimento dentro do PMDB impedindo que o partido se coligasse ao PDS nas eleições. Foi eleito para a Constituinte com 1.167.474 votos. RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. PP. 351-352.

dentro da Constituinte, acidente esse que parece ter sido provocado pela atuação da militância feminista e pela pressão do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e que ainda deveria contar com a inexperiência na esfera política de boa parte de sua composição, especialmente se comparadas com os homens Constituintes.